



**PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO PARA SUPRIMENTO DE NECESSIDADES DE  
CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS – INTÉRPRETES DE LÍNGUA GESTUAL  
PORTUGUESA  
(M/F)**

Dá-se conhecimento que, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia 11 de julho de 2016 (inclusive), se encontra aberto, nos termos aplicáveis dos artigos 38.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação em vigor, o presente procedimento de seleção e recrutamento, para o ano escolar de 2016/2017, de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

- CED António Aurélio da Costa Ferreira – 1 horário completo;
- CED Jacob Rodrigues Pereira – 1 horário completo.

**1 – Legislação aplicável**

- 1.1 – O presente procedimento de seleção e recrutamento observa o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 77/2012, de 26 de março (estabelece a orgânica da Casa Pia de Lisboa, I.P.), regendo-se, nos termos aplicáveis, pelo disposto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação em vigor, e no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7 de março, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio.
- 1.2 – Em tudo o que não estiver regulado no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação em vigor, e no presente aviso, aplica-se, subsidiariamente, o regime geral de recrutamento para o exercício de funções públicas regulado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**2 – Requisitos de admissão**

- 2.1 – Não estar inibido(a) do exercício das funções a que se candidata.
- 2.2 – Possuir a robustez física, o perfil psíquico e as características de personalidade indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatórias.
- 2.3 – Ser detentor(a) de formação profissional adequada, de acordo com o n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

**3 – Critérios de seleção**

- 3.1 – São critérios objetivos de seleção:
- a) Avaliação do portfólio, com uma ponderação de 30%;
  - b) Entrevista de avaliação de competências, com uma ponderação de 35%;



c) Número de anos de experiência profissional na área, com uma ponderação de 35%.

### 3.2 – Avaliação do portfólio:

3.2.1 – A avaliação do portfólio, que é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, visa confirmar a experiência e/ou os conhecimentos do(a) candidato(a) em áreas técnicas específicas.

3.2.2 – Neste contexto, serão tidos em conta os seguintes itens:

3.2.2.1 – Habilitação na área a que se candidata, à qual é atribuída a seguinte ponderação:

- a) Licenciatura ou grau académico superior = 18 valores
- b) Bacharelato = 16 valores
- c) 12.º ano de escolaridade ou equivalente = 14 valores
- d) Outras habilitações = 12 valores

3.2.2.2 – Formação especializada na área a que se candidata, à qual são atribuídos 2 (dois) valores por cada total de 700 (setecentas) horas.

3.2.2.3 – A pontuação da avaliação do portfólio não poderá exceder o máximo de 20 valores.

### 3.3 – Entrevista de avaliação de competências:

3.3.1 – A entrevista de avaliação de competências, que visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado*, *Bom*, *Suficiente*, *Reduzido* e *Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

3.3.2 – A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, sendo avaliadas as seguintes competências dos(as) candidatos(as):

- a) Planeamento e organização;
- b) Adaptação e melhoria contínua;
- c) Orientação para os resultados;
- d) Trabalho em equipa e cooperação;
- e) Inovação e qualidade;
- f) Comunicação.

3.4 – O número de anos de experiência profissional na área será pontuado nos seguintes termos:

N.º de anos de experiência profissional na área	Pontuação atribuída
Mais de 3 anos	18 valores



Até 3 anos	14 valores
Sem experiência comprovada ou com experiência fora da área	10 valores

Acrescem 2 valores no caso do(a) candidato(a) possuir, no mínimo, 90 dias de experiência como Intérprete de Língua Gestual Portuguesa em instituição vocacionada para acolhimento, educação e ensino de crianças e jovens em perigo e de educação e formação de crianças e jovens surdos(as) e surdocegos(as).

A 1400 horas de experiência profissional na área correspondem 365 dias.

3.5 – A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e resultará da média ponderada das classificações obtidas nos critérios de seleção, de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$CF = \frac{(AP \times 30) + (EAC \times 35) + (EP \times 35)}{100}$$

Em que:

CF – Classificação Final

AP – Avaliação do Portfólio

EAC – Entrevista de Avaliação de Competências

EP – Experiência Profissional (na área)

#### **4 – Ordenação final dos(as) candidatos(as)**

4.1 – A ordenação final dos(as) candidatos(as) faz-se por ordem decrescente da respetiva graduação.

4.2 – Em caso de igualdade na graduação, a ordenação dos(as) candidatos(as) respeita a seguinte ordem de preferências:

- a) Candidatos(as) com maior tempo de experiência profissional na área;
- b) Candidatos(as) com maior idade.

#### **5 – Apresentação da candidatura e documentos a apresentar pelos(as) candidatos(as)**

5.1 – A candidatura pode ser entregue pessoalmente nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, sitos na Av. do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, das 10 às 17 horas, ou enviada através de correio registado, com aviso de receção, para a mesma morada, considerando-se tempestiva a candidatura que apresente data do registo postal até ao termo do prazo de 3 dias úteis a contar da publicitação do presente aviso, não sendo admitidas candidaturas enviadas por fax ou *e-mail*.

5.2 – A candidatura ao procedimento de seleção e recrutamento é apresentada através de formulário em suporte de papel, disponível na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na



Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt), acompanhado de fotocópia simples dos seguintes documentos:

- a) Documento de identificação válido;
- b) Certificado(s) de Habilitações;
- c) Documento comprovativo de tempo de serviço prestado na área para a qual concorre, contado até 31 de agosto de 2015;
- d) Documento(s) comprovativo(s) de formação especializada;
- e) Documento comprovativo de formação profissional adequada para o exercício de funções de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;
- f) Documento comprovativo de ser portador(a) de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e se ter candidatado como tal.

## **6 – Motivos de não admissão e de exclusão**

6.1 – Para além da exclusão dos(as) candidatos(as) que não cumpram os requisitos de admissão referidos no ponto 2 do presente aviso, também não serão admitidas as candidaturas que não deem cumprimento aos procedimentos gerais para a sua formalização, nomeadamente:

- a) Entrega da candidatura fora do prazo estipulado para o efeito;
- b) Preenchimento do formulário de candidatura de forma irregular, considerando-se como tal a inobservância das respetivas instruções;
- c) Não apresentação da procuração que confere poderes para apresentação da candidatura em nome do(a) candidato(a).

6.2 – São excluídos(as) do procedimento de seleção e recrutamento os(as) candidatos(as) que não apresentem documentação comprovativa dos elementos constantes da candidatura.

6.3 – São, ainda, excluídos(as) do procedimento de seleção e recrutamento os(as) candidatos(as) que apresentem candidaturas indevidas, nomeadamente, candidatos(as) abrangidos por penalidades previstas na lei.

7 – Terminada a verificação dos requisitos de admissão, serão elaboradas as listas provisórias de candidatos(as) admitidos(as) e as listas provisórias de candidatos(as) excluídos(as), as quais serão publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt), constituindo este o meio oficial de comunicação aos(às) candidatos(as).



- 8 – Relativamente às listas a que se refere o número anterior, será concedido o prazo de 3 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicitação das listas, para o exercício do direito de reclamação dos interessados(as).
- 9 – A reclamação deve ser apresentada por escrito e dirigida ao júri do procedimento de seleção e recrutamento, através de formulário próprio, disponível na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 10 – Considera-se, para todos os efeitos, que a não apresentação de reclamação equivale à aceitação de todos os elementos constantes das listas provisórias.
- 11 – Os(As) candidatos(as) cujas reclamações forem indeferidas são notificados(as) desse indeferimento no prazo de 3 dias úteis a contar do termo do prazo para apresentação das reclamações.
- 12 – As reclamações dos(as) candidatos(as) que não forem notificados(as) nos termos do número anterior consideram-se deferidas.
- 13 – No mesmo prazo das reclamações e mediante requerimento escrito, os(as) candidatos(as) poderão desistir do procedimento de seleção e recrutamento.
- 14 – Findo o prazo referido no n.º 8 e apreciadas as alegações, nesse âmbito produzidas, as listas provisórias convertem-se em definitivas, com as alterações decorrentes das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências do procedimento de seleção e recrutamento.
- 15 – As listas definitivas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas definitivas de candidatos(as) excluídos(as) são publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 16 – Os(As) candidatos(as) admitidos(as) serão convocados(as) para a realização da entrevista de avaliação de competências, sendo para o efeito notificados(as) por comunicação enviada para o endereço de correio eletrónico indicado no formulário de candidatura, conforme previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da entrevista.



- 17** – Nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, é excluído(a) do procedimento o(a) candidato(a) que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos critérios de seleção.
- 18** – Terminada a aplicação dos critérios de seleção, serão elaboradas as listas provisórias ordenadas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas provisórias de candidatos(as) excluídos(as), as quais serão publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa, I.P. na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 19** – Relativamente às listas a que se refere o número anterior, será concedido o prazo de 3 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicitação das listas, para o exercício do direito de reclamação dos(as) interessados(as).
- 20** – Findo o prazo referido no número anterior e realizados os procedimentos descritos nos n.ºs 9 a 12, as listas provisórias convertem-se em definitivas, com as alterações decorrentes das reclamações julgadas procedentes.
- 21** – As listas definitivas ordenadas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas definitivas de candidatos(as) excluídos(as) são homologadas pelo Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, I.P.
- 22** – Após a homologação referida no número anterior as listas definitivas são publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa, na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 23** – O ato de homologação é suscetível de impugnação nos termos legais.
- 24** – De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, respeitar-se-á a quota de emprego a preencher por pessoas portadoras de deficiência, a qual será calculada por disciplina.
- 25** – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
- 26** – As candidaturas serão avaliadas por um júri com a seguinte constituição:



Presidente:

Lúcia Maria Salgado Soares, Diretora Técnica do CED Jacob Rodrigues Pereira.

Vogais efetivos:

Paulo Alexandre Costa Ataíde, técnico superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

Paula Cristina Liques Silva, Diretora Técnica do CED António Aurélio da Costa Ferreira.

Vogais suplentes:

Luís Manuel Martins Raimundo, técnico superior;

Sílvia Martins Lopes Correia Duarte, técnica superior.

Lisboa, 8 de julho de 2016.

A Diretora da Unidade de Recursos Humanos

*Carla Peixe*